



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

ACTA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO, REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2010.

Aos Vinte e Nove do mês de Abril do ano de Dois Mil e Dez, pelas Dezassete horas, reuniu-se na Assembleia Municipal de Mondim de Basto o Órgão deliberativo deste Município. -----

Faltaram à presente sessão os Deputados Municipais: Aurora Maria Peixoto e Pereira, Bruno Miguel de Moura Ferreira e José Francisco Teixeira Lopes. Estes Deputados apresentaram as devidas justificações, tendo a Mesa deliberado justificar estas faltas. -----

PRESENCAS: -----

Salvo o Senhor Vereador da Câmara Municipal Doutor António Augusto Machado Ferreira de Brito encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. -----

ABERTURA DA REUNIÃO. -----

Pelas Dezassete horas, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a presente reunião, dando início à ordem de trabalhos. -----

A Senhora Presidente da Assembleia informou os Deputados que, tendo o Deputado José Teixeira Lopes apresentado um pedido de suspensão de mandato por um período inferior a trinta dias e tendo requerido a sua substituição pelo cidadão imediatamente a seguir nas listas do Partido Socialista, seria o cidadão Carlos Filipe Meireles Macedo a substituí-lo, tendo tomado posse antes de iniciar a reunião. De seguida e devido à ausência do Primeiro Secretário da Mesa, a Senhora Presidente convidou a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Deputada Maria Manuel da Lança Cordeiro Ferreira Martins para desempenhar as funções de Segunda Secretária da Mesa da Assembleia. ---

1- Antes da ordem do dia -----

1.1- Assuntos gerais de interesse para o município. -----

O Deputado Luís Sabino de Moura iniciou a sua intervenção registando o seu apreço pelo facto da Câmara Municipal ter assinalado o 25 de Abril de 1974. De seguida deixou um apelo à Câmara Municipal, aos Deputados e a todos os Mondinenses relativamente às acessibilidades, referindo a promessa feita pelo Governo Central há mais de doze anos em construir a ponte de ligação a Mondim de Basto face à retirada da linha do Tâmega. Referiu que esta ligação a Mondim de Basto não tem nada a ver com a barragem e que é necessário que a Câmara Municipal e todos os partidos pressionem Lisboa pois esta é uma obra do Governo Central e é uma questão de solidariedade: uma vez que levam parte do Concelho de Mondim têm a obrigação de serem solidários com Mondim de Basto. Acrescentou que o Concelho merece uma ligação com dignidade a Vila Real, mesmo sabendo que os recursos económicos são escassos, pois é necessário desencravar o Concelho. -----

De seguida tomou a palavra o Deputado Fernando Gomes que colocou algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara. Em primeiro lugar questionou-o o sobre o desenvolvimento da situação relativamente à família cigana pois considera que, passado meio ano, já deverá existir alguma iniciativa. Referiu o Relatório do Médico de Saúde Pública apresentado no Conselho Municipal de Segurança onde está expressamente referido que a forma como os ciganos vivem é de risco de saúde pública, pelo que considera que este processo merece mais atenção e mais agilidade. Colocou de seguida outra questão ao Senhor Presidente da Câmara, questão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

já colocada no mandato anterior, que diz respeito ao facto de existir, em frente à Pastelaria Silva, uma paragem de autocarro mas que, devido à existência de três contentores do lixo junto da mesma paragem, o autocarro é obrigado a estacionar no meio da avenida provocando o trânsito dos veículos que chegam a estar parados 15 a 20 minutos. De seguida questionou sobre a existência de alguma data prevista pelas Estradas de Portugal na intervenção da pavimentação da ponte, principalmente da ponte até à vila que se encontra num péssimo estado, e chamou a atenção para o passeio que está a cair para a encosta do rio. Acrescentou que as pessoas reclamam constantemente da pavimentação dos passeios para o lugar de Vilar de Viando, de Pedra Vedra, pelo que gostava de saber se também já estava indicada alguma data de intervenção pelas Estradas de Portugal. Relativamente à inauguração da Rua 25 de Abril chamou a atenção para o facto de, na sua opinião, faltar uma placa em frente ao café D. Carlos e outra junto à Avenida Dr. Augusto Brito pois as pessoas podem entrar na rua por qualquer lado. Referiu que na Praceta da Via Cova os paralelos estão constantemente soltos, situação que se verifica há vários anos pelo que é necessário que haja uma intervenção definitiva por parte da Câmara pois esta situação pode provocar a queda das pessoas. -----

O Deputado João Alarcão fez a sua intervenção no sentido de referenciar que os deputados não estão nas reuniões só para ver as partes negativas mas que têm também a obrigação de se congratular com as manifestações positivas de intervenção do Executivo. Destacou a realização do Festival de Teatro Miguel Torga onde teve papel de relevo o grupo Teatro de Mondim. Assinalou também a assinatura do Protocolo para a criação do Gabinete do Emigrante, proposta que constava do programa eleitoral do CDS, pelo que o facto de ter sido concretizado alegrou os membros do referido partido,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

dando-lhes certeza de que as críticas feitas noutras alturas ao Programa afinal podem ter alguns pontos de interesse e de relevo. Salientou a realização da manifestação que decorreu na ponte, por iniciativa da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, de forma ordeira. Referiu que estiveram presente variadíssimas pessoas, representantes de diferentes sensibilidades, o que permite concluir que realmente este é um tema que atravessa toda a população de Mondim de Basto, independentemente das suas convicções. Quem lá esteve pôde observar que não houve ali intervenção de carácter político e que efectivamente a tónica foi a de manifestar preocupação por uma medida que irá afectar todo o Concelho. Finalmente congratulou-se com a iniciativa da Feira da Broa e do Mel, lastimando, só e apenas, que não tivesse tido maior dimensão, esperando que as iniciativas subsequentes pudessem ter uma dimensão maior pois todas estas medidas que dêem a conhecer os nossos produtos locais são de louvar. -----

O Deputado Jorge Rabiço da Costa iniciou a sua intervenção fazendo um pequeno preâmbulo relativamente a todas as iniciativas e ao trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal. Realçou que, naturalmente, é difícil fazer uma avaliação com apenas seis meses de mandato, mas considera que este Executivo, obviamente com alguns erros, merece os sinceros parabéns em alguns pontos. Destacou a coragem do Executivo ao assumir, sabendo das restrições que vai ter em termos financeiros, o Plano de Saneamento Financeiro, medida corajosa e que de certa forma vai permitir que esta autarquia seja mais transparente e que as contas em atraso sejam regularizadas. Destacou também, e no seguimento destas restrições e desta transparência financeira, alguns sinais de contenção nomeadamente a nova política de gestão dos recursos humanos, a aquisição de uma pequena retroescavadora pela autarquia que poderá assim fazer obras por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

administração directa, sem prejuízos, e podendo desta forma rentabilizar os seus recursos humanos. Também falou na renegociação de alguns contratos que a Câmara está a efectuar (nas comunicações, no fornecimento de energia, nos contratos de seguro, na prestação de serviços, na assistência e manutenção de equipamentos) que evidencia alguns sinais de contenção. Referenciou a aquisição por parte da autarquia de uma máquina cortadora de relva que rentabilizará os seus recursos no tratamento da relva da Zona Verde. O Deputado enumerou algumas das iniciativas culturais como a gastronomia, a etnografia, a fotografia, o festival do rock, a banda de Mateus, Saint-Avertin, panela ao lume e as semanas temáticas, felicitando as pessoas envolvidas nestas actividades. Quanto à questão das acessibilidades, reconhece também que elas são uma necessidade para o Concelho e que é notória a perseverança do Senhor Presidente da Câmara junto de Lisboa em resolver este problema. No que respeita às iniciativas sociais, e que de certa forma foram a bandeira do Partido Socialista durante a campanha, o Deputado enalteceu o facto do programa de restauro de habitações para idosos, medida do anterior executivo, ter sido implementado. Relembrou que no Partido Socialista existe um compromisso na área social com os mondinenses. Relativamente à educação louvou a resolução do problema de Ermelo, Teção, Campanhó e Pardelhas que antes não tinham direito à educação pré-escolar, problema resolvido por este Executivo. Terminou dirigindo-se ao Senhor Presidente dizendo que estava na altura de partir para as grandes batalhas do Concelho, batalhas essas que consistem em garantir oportunidades e igualdade para todos, quer sejam oportunidades de trabalho para os adultos, quer sejam educação para as crianças e até mesmo um apoio social para os mais idosos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

1.2- Correspondência recebida -----

De seguida, pela Senhora Presidente da Assembleia foi presente a correspondência recebida. -----

2- Ordem do dia -----

2.1- Aprovação das Actas das reuniões de 27 de Fevereiro de 2010 e de 19 de Abril de 2010 -----

Acta do dia 27 de Fevereiro de 2010 -----

O Deputado João Alarcão iniciou a sua intervenção fazendo alguns reparos quanto à redacção de alguns dos pontos que não lhe parecem deixar suficientemente claras as posições tomadas nessa reunião. Relativamente à sua intervenção referida na página 34 onde diz «*relembrou que o referido jornal tinha a colaboração da Câmara mas também a dos solicitadores que pagavam pela publicação das coisas*» o Deputado referiu que, em seu entender, ficaria melhor dizer “*os solicitadores, ao colocarem os anúncios e os editais no jornal, evidentemente tinham que os pagar*”. Também relativamente ao paragrafo seguinte onde diz «*Realçou que o Partido Socialista também enviava artigos para serem publicados no tal jornal*», o Deputado João Alarcão considera que deveria estar, tal como o disse na reunião, “*Nunca nenhuma notícia que tivesse sido enviada pelo Partido Socialista foi recusada ou deixou de ser publicada*”. Chamou a atenção para o que vinha transcrito na página 41 «*Quanto à questão do rio Olo, entende que deve ficar perfeitamente claro que essa ideia está abandonada.*», não lhe parecendo estar bem traduzida a sua intervenção pelo que considera que ficaria melhor “*é necessário que os responsáveis e concessionários do Plano Nacional de Barragens clarifiquem formalmente que essa ideia está abandonada*”, porque considera que assim se explica a quem é solicitado a clarificação deste aspecto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O Deputado Fernando Gomes solicitou que na sua intervenção da página 29 fosse incluída a sua afirmação “*que subscrevia na integra o protesto da Deputada Aurora Peixoto e Pereira sobre o acto cometido na violação do Livro da Carta Arqueológica*”. Chamou a atenção para o facto de não constar da acta a observação que fez ao Senhor Presidente, na página 29 alínea 15, que a seguir se transcreve: “*se o Senhor Presidente tinha que fazer alguma avaliação dos deputados do CDS na Assembleia, é na Assembleia e não numa reunião dos dois executivos que o deve fazer. O Executivo da Junta de Freguesia não pode ser confrontado com o comportamento dos membros do CDS na Assembleia Municipal*”. Terminou dizendo que no fim da sua intervenção relativamente ao Mapa de Pessoal onde se lê «*dizendo que não é contra as pessoas mas sim contra a forma como as coisas são colocadas*» se deve corrigir e colocar “*dizendo que não é contra as pessoas mas sim contra os critérios adoptados*”. -----

A Senhora Presidente da Assembleia tomou a palavra para propor aos Senhores Deputados que se votasse a acta tal como ela foi enviada, aferindo-se até à próxima reunião da validade das reclamações apresentadas, sendo estas colocadas como correcções à acta do dia 27 de Fevereiro de 2010 na acta da presente reunião. -----

Tendo os Deputados concordado, a Senhora Presidente colocou à votação a acta da reunião ordinária do dia 27 de Fevereiro de 2010 que foi aprovada com dezassete votos a favor e três abstenções. -----

O Deputado José Pereira Afonso fez uma declaração de voto explicando que se absteve na votação por não ter estado presente na reunião. -----

Acta do dia 19 de Abril de 2010 -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Relativamente à acta do dia 19 de Abril, a Senhora Deputada Maria Manuel da Lança Cordeiro Ferreira Martins apresentou a seguinte posição dos Deputados do CDS-PP: -----

«Os Deputados do CDS-PP vêm manifestar o seu desacordo relativamente à acta da reunião extraordinária de 19 de Abril, quando a página 59/60 refere a intervenção do Deputado Fernando Gomes como “tendo-se excedido nas palavras dirigidas ao Senhor Presidente da Câmara” na sequência do que a Senhora Presidente da Assembleia lhe retirou a palavra. No entanto, se bem nos lembramos, a Senhora Presidente retirou-lhe a palavra quando o deputado tentava, como era seu direito, responder a uma anterior acusação do Senhor Presidente da Câmara quanto à sua administração da Junta de Freguesia de Mondim na última legislatura, acusação essa que não tinha a ver com a ordem de trabalhos e foi omitida na acta. Ora, logicamente, se a Senhora Presidente da Assembleia não interrompeu o Senhor Presidente da Câmara por esse motivo, teria que dar o direito de resposta ao Senhor Deputado, sob pena de estar ostensivamente a favorecer um dos interlocutores. Por outro lado, o Senhor Deputado Fernando Gomes, nas suas intervenções usa normalmente uma linguagem que poderá ser caracterizada de seca e directa, mas não ofensiva, e, acima de tudo, não levanta nunca o tom de voz, usando até um registo normalmente igual e baixo. Neste caso, se o Senhor Deputado elevou a voz foi só e apenas após a Senhora Presidente ter elevado a sua, provocando igual reacção do Deputado. Não nos parece assim que a acta reflecta com correcção e imparcialidade o que se passou na reunião e não poderemos, por isso, aprová-la, a menos que esta correcção seja integrada na acta. Resta-nos acrescentar que já todos percebemos que existe (e desculpem-me a expressão) “uma pedra no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

sapato” de ordem política, que vem de trás, entre o Senhor Presidente, a Senhora Presidente da Assembleia e o Deputado Fernando Gomes. Mas parece-me que é altura de, para bem de todos, das nossas reuniões e trabalhos, e conseqüentemente do município, que a sacudam de uma vez por todas lá fora, e entrem aqui de coração limpo. A verdade é que estamos todos no mesmo barco, que contém os destinos de Mondim e todos queremos o melhor para a nossa terra. Inclusivamente, e penso não terem ficado dúvidas na reunião de 19 de Abril, os deputados do CDS têm como objectivo ajudar e apoiar o trabalho do executivo, desde que relativamente a ele não tenham dúvidas. Se assim não fosse, teriam usado a abstenção na votação mas, pelo contrário, votaram a favor quando todas as suas dúvidas quanto ao plano de saneamento e empréstimo foram esclarecidas. Haverá melhor prova da nossa boa fé?». -----

De seguida tomou a palavra o Deputado Fernando Gomes que pediu que fosse retirada da acta uma frase da página 54 pois quem afirmou que as associações eram entidades produtivas foi o Deputado Bruno Ferreira e não ele. Referiu que o que falou nessa reunião foi sobre o Futsal, se no Futsal se joga ou não futebol, uma vez que ia ser reduzido o financiamento ao futebol mas o Futsal beneficiou logo da atribuição de um subsídio de 10.000 € para criar uma escolinha de miúdos. A pergunta que o Senhor Deputado colocou foi saber como é que se pode atribuir uma verba com esse valor a uma entidade que diz que vai criar. Acrescentou também que tinha colocado duas questões ao Doutor Martins da Cunha às quais não foram dadas respostas: o relatório do saneamento financeiro fala numa dívida, 18 milhões de Euros e 19 milhões de euros, que será consequência de sobrevalorização de facturas e de contratos mal celebrados? O Deputado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

concluiu afirmando que faltavam essas duas coisas e que estava lá uma afirmação que não era dele. -----

O Deputado João Armando de Almeida fez a sua intervenção relativamente a esta questão das actas dizendo que já antevia o que estava a acontecer: anteriormente as actas eram transcrição fiel do que estava nos registos áudios e tinham todos chegado à conclusão que as actas deveriam ser uma síntese do mais importante que se passa nas reuniões, tendo inclusive sido aprovado. Referiu que também não constava da acta do dia 27 de Fevereiro a sua intervenção na Assembleia de Atei e que não se sentia melindrado por isso pois não traria muita importância para a acta. Concluiu dizendo que se calhar teriam que voltar à velha forma de reproduzir registos áudios, se os seus colegas, nomeadamente os do grupo parlamentar do CDS-PP, assim o entendessem. -----

O Deputado João Alarcão fez a sua intervenção no sentido de manifestar que ao solicitarem esclarecimentos não estavam a votar contra a acta e lembrou o compromisso assumido de que não seria necessária a transcrição integral, o que não pode prejudicar a intenção de clarificar só o que foi dito e como as coisas se passaram. -----

O Deputado Jorge Rabiço da Costa tomou a palavra para dizer que, em seu entendimento, a pessoa que faz a redacção da acta se deve abster de fazer juízos de valor relativamente a qualquer situação. Quanto à situação ocorrida com o Deputado Fernando Gomes, considera que houve apenas um problema de redacção e que onde se lê «*Após o Senhor Deputado Fernando Gomes se ter excedido nas palavras dirigidas ao Senhor Presidente da Câmara, a Senhora Presidente da Assembleia retirou-lhe a palavra*» a forma mais correcta de dizer seria “*A palavra foi cortada ao Senhor Fernando Gomes porque a Senhora Presidente da Assembleia*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

entendeu que ele se excedeu nas palavras”. Sugeriu que, de modo a evitar que isto voltasse a acontecer, e porque as actas têm que ser aprovadas nas Assembleias, no caso de existir alguma dúvida se procurasse verificar num pequeno intervalo, procedendo-se às alterações necessárias, de modo a que a acta pudesse ser submetida à votação. -----

Por fim, a Senhora Presidente da Assembleia usou da palavra para dizer aos Senhores Deputados que não tinha nenhuma “pedra no sapato” contra o Deputado Fernando Gomes. Acrescentou que os seus problemas com ele não eram problemas políticos, mas sim problemas de quem se sente magoada por um amigo. Admitiu que o Senhor Presidente da Câmara teve algum excesso na forma da sua intervenção, tendo-o inclusivamente chamado à atenção, mas tendo em conta a proximidade física entre dois, era natural que os restantes deputados não a ouvissem, ao contrário do que aconteceu com o Deputado Fernando Gomes uma vez que este se encontrava situado num local em que toda a sala tinha que ouvir. Concluiu dizendo que teve a mesma atitude para com as duas pessoas, com a grande diferença de que sendo amiga do Senhor Presidente da Câmara há 15 anos, do Deputado Fernando Gomes era amiga há quase trinta anos, e que um amigo não vem para as reuniões dizer “ela” nem parte do pressuposto que tem o mau carácter de vir para as reuniões como aliada do Presidente da Câmara para prejudicar seja quem for. -----

O Deputado Fernando Gomes afirmou que não estava na política para aceitar aquilo com o que não concorda. Pediu à Senhora Presidente que, quando fizesse um tratamento inadequado à posição da pessoa, que o chamasse à atenção na hora, pedindo desculpa por a ter tratado por “ela”, num momento descontrolado por não o ter deixado falar. Como referiu a sua colega de bancada, o Senhor Presidente da Câmara abordou o assunto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

da gestão da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, assunto que não era chamado para a sessão, pelo que tinha o direito de defender a sua honra e a honra da entidade que preside. Quanto ao seu tom de voz, o Deputado considera que não é alto, mas sim forte, seco e directo, e que o que incomoda é que ele toca em assuntos que não agradam. -----

Não havendo mais intervenções, e assumindo-se a mesma posição tomada para a aprovação da acta do dia 27 de Fevereiro, a Senhora Presidente da Assembleia colocou a acta da sessão extraordinária à votação tendo sido aprovada com dezoito votos a favor e duas abstenções. -----

2.2- Regulamento e Tabela de Taxas Administrativas -----

Passando-se à discussão do ponto relativo ao Regulamento e Tabela de Taxas Administrativas, a Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Doutor Mota e Costa para fazer uma breve apresentação sobre esta questão. -----

O Senhor Doutor Mota e Costa começou por fazer um enquadramento técnico daquilo que foi este projecto de conformação dos regulamentos e das taxas municipais do Município de Mondim de Basto. Explicou que houve um conjunto de medidas que tiveram de ser conduzidas por força de um novo regime jurídico que impunha que a totalidade dos regulamentos que criassem taxas em quaisquer dos 308 municípios respeitasse um conjunto de regras. Salientou que neste momento está em vigor um novo regime geral que regula a matéria das taxas das autarquias locais que, de certa forma, clarifica que é legítimo aos municípios cobrarem taxas em contrapartida de uma de três situações: ou da prestação de um serviço concreto, ou da utilização de um bem de domínio público ou privado ou ainda a remoção de obstáculos jurídicos. Ou seja, pelo facto de se licenciar uma qualquer actividade que seja legítima, é também legítimo ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Município em contrapartida cobrar uma taxa. Referiu que a grande inovação deste diploma é obrigar a que se respeite o princípio da profissionalidade, que doravante sempre que se crie ou aprove uma taxa esta seja proporcional ou ao custo da actividade pública local ou ao benefício que o particular auferiu pelo facto de se remover um obstáculo jurídico. Relativamente ao Município de Mondim de Basto, explicou que se fez um exercício de actualização e de conformidade legal face à legislação em vigor e, taxa a taxa, procedeu-se ao estudo do custo da contrapartida. Concluiu acrescentando que o artigo 17º deste diploma obriga a que as taxas estejam conformes com este regime geral sob pena de elas serem revogadas sendo a data limite 1 de Maio, ou seja, se as taxas não estiverem em conformidade, não estiverem fundamentadas e não cumprirem todos os quesitos do artigo 8º, elas serão revogadas a partir de 1 de Maio e não poderão ser cobradas. -----

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para contextualizar a forma como esta proposta surge aos Senhores Deputados. Explicou que o Doutor Mota e Costa foi contratado pela Associação de Municípios do Baixo Tâmega, ainda no anterior Executivo, para proceder a uma actualização das taxas de todos os municípios que integram os Municípios do Baixo Tâmega. Fez-se um estudo em que se atribuiu a cada uma das taxas um custo real, tendo sido este estudo presente à reunião de Câmara de 25 de Fevereiro, seguindo-se um período de trinta dias para discussão pública que terminou no passado dia 19 de Abril, não tendo sido apresentado qualquer reparo relativamente às taxas. O Senhor Presidente referiu que no caso das taxas do Urbanismo (licenciamentos) houve o cuidado de fazer uma pequena informação junto dos técnicos das outras Câmaras vizinhas para que as taxas fossem equiparadas, tendo-se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

encontrado uma forma razoável de forma a manter as taxas pesadas mas sem serem excessivamente nem socialmente insensatas. Concluiu dizendo que a proposta apresentada corresponde àquilo que é razoável e aceitável. -

O Deputado Luís Sabino de Moura fez uma intervenção manifestando que a sua preocupação relativamente a este documento era saber se tinha havido algum estudo comparativo com os outros concelhos que de alguma forma concorrem com Mondim de Basto, concluindo que era muito positivo haver um regulamento. -----

O Deputado João Armando de Almeida fez a sua intervenção no sentido de manifestar que o Município estava no bom caminho relativamente a este assunto pois as taxas estavam completamente esquecidas. Perguntou ao Senhor Presidente se tinha havido alguma preocupação com as pessoas que socialmente não têm capacidade para pagar e de que forma essas situações serão resolvidas. -----

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder ao Senhor Deputado dizendo que no Regulamento existe um artigo que prevê uma série de isenções e que, em relação às pessoas carenciadas, existe o princípio de que nenhum munícipe deixará de ter um serviço da Câmara porque não tem dinheiro, bastando, através de um requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Câmara, solicitar a isenção de uma determinada taxa. Os serviços sociais da Câmara estão a proceder ao levantamento de todas as situações de comprovada carência. O Senhor Presidente assegurou que nenhum munícipe deixará de ser atendido e de lhe ser prestado um serviço pelo facto de não ter dinheiro para pagar. -----

Terminadas as intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia colocou esta questão à votação. O Regulamento e Tabela de Taxas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Administrativas foi aprovado com quinze votos a favor, tendo tido seis abstenções. -----

O Deputado Fernando Avelino Silva fez uma declaração de voto no sentido de dizer que o facto do grupo parlamentar CDS-PP ter optado pela abstenção, não significa que estejam contra o aumento de algumas taxas. Manifestou que a opção política do CDS-PP vai no sentido de que o Município tem que ter capacidade para gerar receitas, que esta decisão é uma decisão do Executivo pelo que o seu respeito vai pela abstenção. -----

2.3- Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação-----

Não havendo intervenções relativamente a esta questão, a Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação que foi aprovado por unanimidade. -----

2.4- Conta de Gerência e Relatório de Gestão do Ano Financeiro de 2009 -----

Não havendo intervenções relativamente a esta questão, a Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação a Conta de Gerência e Relatório do Ano Financeiro de 2009 tendo sido aprovada por unanimidade. -----

2.5- Primeira Revisão Orçamental e PPI de 2010 -----

O Deputado Fernando Avelino Silva fez a sua intervenção no sentido de colocar uma questão ao Senhor Presidente da Câmara: uma vez que esta primeira revisão resulta do facto de haver mais receita, pretende saber se realmente há mais receita que é do Orçamento de Estado deste ano? -----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para tentar dar uma explicação, embora não perceba como se possa aumentar a receita sem aumentar as taxas. Explicou que de facto houve duas situações que geraram esta situação. Uma delas tem a ver com o facto de no saldo da gerência



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

anterior existir uma verba que transitou para o ano seguinte, pelo que é necessário redistribuí-la por várias rubricas. A outra é que o orçamento foi feito com base numa previsão das transferências de 2009 mas que, com a aprovação do Orçamento de Estado, verificou-se que há um aumento de cerca de 10% das transferências para o Município, já integrado nesta revisão. -----

O Deputado João Alarcão usou da palavra para clarificar que a posição tomada relativamente à abstenção das taxas vai no sentido de que quando falam em receita falam na capacidade de gerar receita precisamente por outra via que não seja a das taxas ou dos impostos. -----

A Senhora Presidente da Assembleia colocou a Primeira Revisão Orçamental e PPI de 2010 à votação tendo sido aprovada por unanimidade. -----

2.6- Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2010-----

Não havendo intervenções relativamente a esta questão, a Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação a Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2010 tendo sido aprovada por unanimidade, emitindo-se, para os respectivos procedimentos concursais de provimento dos lugares do quadro agora aditados, parecer favorável ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação de emprego público previamente estabelecido caso não seja possível o recrutamento nos termos previstos no artigo 6º, nº5 da LVCR. -----

2.7- Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipais-----

O Deputado Jorge Rabiço da Costa usou da palavra para sugerir e deixar à consideração dos restantes membros que o Presidente da Junta a eleger



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

para este Conselho fosse um caçador, propondo o Senhor Marcelino, Presidente da Junta da Freguesia de Atei. -----

A Senhora Presidente da Assembleia pôs à votação nominal, por voto secreto esta questão cujo resultado foi: dois votos em branco, 3 votos para o Presidente da Junta do Bilhó e dezasseis votos para o Presidente da Junta de Atei. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Atei foi eleito para o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipais. -----

2.8- Informação sobre a alienação à EGF de € 25.399 acções de Classe A do valor de 1€ cada da REBAT -----

O Deputado Fernando Silva solicitou uma explicação mais técnica sobre esta informação. -----

O Senhor Presidente da Câmara explicou que, basicamente, resulta do facto da empresa REBAT, que detém o aterro em Celorico, se ter integrado numa empresa de maior dimensão que é a RESINORTE pelo que surge a necessidade de transferir todas as acções do Município de Mondim de Basto da REBAT para a RESINORTE. -----

De seguida, e face às questões dos vários Deputados, a Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Doutor Gonçalves, técnico jurista da Câmara Municipal. Este explicou que o decreto-lei 235/2009 constituiu uma nova sociedade, a RESINORTE, que além de integrar os municípios proprietários da REBAT conjuntamente com o Estado, passou também a ser accionista da EGF. Visto que há a entrada de um novo accionista, este vai ter que adquirir as acções a quem as tenha. Salientou que por via deste decreto-lei não houve aumento de capital mas sim uma alienação por parte de quem detinha as acções. Portanto, a Câmara municipal diminuiu a participação que tinha nesta empresa para ceder a um novo parceiro que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

integrou esta sociedade. Concluiu dizendo que, por norma, esta alienação deveria vir à Assembleia Municipal mas como foi feita por decreto-lei não houve necessidade dessa deliberação mas vem a esta reunião para conhecimento da Assembleia que a Câmara Municipal passa a ter uma participação menor nesta sociedade. -----

2.9- Informação do Executivo -----

O Deputado João Alarcão declarou que relativamente a este ponto já tinha referido algumas iniciativas anteriormente, mas que tinha que referir uma no entanto, que se prendia com a denominação dada a uma rua, pelo facto de não ter havido a delicadeza de consultar a Assembleia no sentido de que esta se pronunciasse também sobre esta iniciativa. Relembrou que no programa do Partido Socialista tinha sido frisado um ponto que era a regulamentação da toponímia, facto com o qual o CDS-PP também se identifica, pelo que gostaria que de futuro este tema merecesse uma consulta à Assembleia Municipal no sentido de se poderem associar àquilo que acham relevante ou até eventualmente votar contra aquilo que não consideram relevante. -----

O Deputado Jorge Rabiço da Costa fez a sua intervenção no sentido de interrogar o Senhor Presidente do Executivo sobre o tipo de iniciativas que estavam previstas para os próximos dois meses. De seguida manifestou a sua opinião relativamente à zona verde, sendo um munícipe que usufruiu bastante dela para a prática desportiva, dizendo que a acha muito fechada, muito sombria e com muita humidade devido à presença dos grandes cedros. Considera que as pessoas que passam no passeio perdem a vista magnífica daquele espaço interior. Perguntou ao Senhor Presidente se seria possível, e de forma a rentabilizar ao máximo os vigilantes da zona verde, lavar e pintar o court desportivo e também colocou a hipótese de serem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

reabertos os courts da Guarda de modo a que os munícipes pudessem usufruir deles. -----

O Deputado Fernando Gomes referiu a iniciativa da Feira da Broa e do Mel, tendo inclusive já dado os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara pela iniciativa, mas salientou que seria importante que as Juntas de Freguesia fossem envolvidas na sua preparação de modo a garantir o seu sucesso. Também referiu, modéstia à parte, que as fornadas da broa que tiveram lugar na feira foram sugeridas pela Junta de Freguesia de Mondim de Basto tomando como exemplo o sucesso obtido nas Jornadas das Profissões. Relativamente ao Programa Conforto Habitacional, deu os parabéns ao Executivo pela sua conclusão. Quanto à iniciativa “Limpar Portugal”, considera que a Câmara está a tirar algum proveito, esquecendo-se de que o promotor da ideia e o coordenador deste projecto foi o Senhor Miguel Borges que está completamente esquecido no boletim municipal e que é sobre ele que deve recair o mérito desta iniciativa. Pediu que o Senhor Presidente da Câmara o esclarecesse sobre uma afirmação feita junto da CCDR de que a Câmara iria continuar com a política do «Limpar Portugal» com a realização de outras iniciativas e que era necessário que essa iniciativa não morresse pois há locais que foram limpos durante a iniciativa e que já estão cheios de lixo. Quanto às comemorações do 25 de Abril lamentou que tenha havido em Mondim de Basto duas comemorações, tendo a Câmara Municipal feito uma sobreposição das actividades nesse dia com as da Junta de Freguesia. Acrescentou que foi contactado pela Senhora Vereadora no sentido de acertarem detalhes sobre o programa das Comemorações mas considera que, tendo a Junta de Freguesia de Mondim de Basto um programa das comemorações há cinco anos, não tinha que acertar detalhes de um programa que já estava feito.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Salientou que a Junta de Freguesia estava com toda a vontade de fazer um programa, antecipadamente, em parceria com a Câmara. Lamentou também o facto de, em reunião de assembleia municipal, ter ficado estabelecido que a reunião comemorativa teria lugar no exterior, mais concretamente no Auditório da Zona Verde, o que não sucedeu uma vez que ela se realizou no local onde habitualmente a Junta de Freguesia faz a sua iniciativa. Considera que esta sobreposição e essa interferência de uma actividade no mesmo local provocaram prejuízos financeiros para a Junta de Freguesia. Relativamente à reunião realizada entre o Senhor Presidente da Câmara e a REN com vista a conhecer o impacto da passagem da rede de muito alta tensão no Concelho, o deputado Fernando Gomes considera que o Senhor Presidente deve tomar uma posição: ou quer saber o impacto que ela vai ter ou não aceita a passagem dessa linha. Quanto ao Programa da Barragem do Fridão, o deputado entende que deve ser convocada uma reunião extraordinária para se discutir este assunto detalhadamente, com documentação técnica e científica nessa área. -----

De seguida tomou a palavra o Deputado Joaquim Silva Pereira que, relativamente às reuniões realizadas entre o Senhor Presidente da Câmara e a REN, solicitou que explicasse tudo o que se tem passado para que a passagem da rede de muito alta tensão seja menos nefasta ao Concelho, uma vez que considera que não é da competência do Executivo erradicar essa passagem. Relativamente à iniciativa «Limpar Portugal» considera também que é preciso dar-lhe continuidade mas que não compete só ao Executivo mas também aos Presidentes de Juntas de Freguesia. Exemplificou que na Junta de Freguesia de Paradança colocou alguns Editais para que as pessoas tomassem alguns cuidados e que, até à data, não viu ainda nenhuma lixeira a céu aberto dentro da sua freguesia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O Deputado Fernando Avelino Silva fez a sua intervenção no sentido de, e ainda no contexto das reuniões realizadas entre o Senhor Presidente da Câmara e alguns ministérios de Lisboa, saber se o Senhor Presidente podia concretizar de uma forma mais objectiva a existência de dados novos relativamente a essas reuniões. -----

Terminadas as intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para responder a algumas das questões colocadas. Começou por dizer que, relativamente às reuniões realizadas em Lisboa, uma das competências do Presidente da Câmara é representar o Município e que as conversas e os compromissos que virão a ser assumidos ficam na estrita relação entre o Presidente da Câmara e a respectiva entidade, sendo tornados públicos quando tal se justificar. Quanto à questão da REN que tem suscitado algumas dúvidas, salientou que não basta o Presidente da Câmara dizer que não quer os postes de alta tensão. O que a REN transmitiu foi que só existe uma rede de alta tensão porque há produção de energia das barragens que vão ser construídas e dos parques eólicos que já estão instalados nos diferentes concelhos ou que virão a ser instalados e que irão ser atravessados por essa linha de alta tensão. Concluiu dizendo que se a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal e os diversos órgãos puderem fazer com que a linha tenha um percurso e uma localização que prejudique o menos possível o Concelho naturalmente que estes contactos se justificam. De seguida agradeceu os diversos elogios prestados ao Executivo pela bancada da oposição. Quanto à Rua 25 de Abril, referiu que aquela placa não era uma placa de sinalética mas sim uma placa comemorativa pelo que, quando se procedesse à sinalização da Vila, aquela rua teria uma placa de sinalização no seu início e fim. Relativamente à questão entre a Junta de Freguesia de Mondim e a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Câmara Municipal, referiu que quando a primeira quisesse realizar alguma actividade num espaço público, deveria solicitar autorização à Câmara Municipal pois esta é a entidade que gere os espaços públicos. Quanto à questão dos prejuízos sofridos pela Junta de Freguesia, considera que o Executivo até foi muito tolerante pois desmarcou a sua caminhada que era no mesmo dia e à mesma hora. Referiu que também tinham desmarcado a Feira do Livro, marcada para o período de 12 a 16 de Maio, pois o espaço pretendido para essa iniciativa estava cedido à Junta de Freguesia para o «Contar, cantar e Pintar Mondim», tendo também sofrido prejuízos uma vez que tiveram que reprogramar toda uma actividade. Salientou que a Câmara não tinha interesse nenhum em entrar em conflito com a Junta de Freguesia e que num Concelho como o de Mondim de Basto todos eram poucos para organizar actividades. Quanto às Estradas de Portugal, referiu que lhe foi dito que seria feito brevemente uma intervenção na EN 304, que inclui também os passeios para Vilar de Viando. Relativamente ao problema dos paralelos da Praceta da Via Cova, o Senhor Presidente informou que já tinha sido contactado o empreiteiro para fazer uma reparação na medida do possível e para tentar evitar essa situação. Para responder ao Deputado Jorge Rabiço relativamente aos polidesportivos, também é de opinião que eles precisam de uma pintura mas que esta não poderá ser feita pelos funcionários da Câmara pelo que terá de recorrer aos serviços de uma empresa. Acrescentou que se estava também a pensar na ideia de colocar um pavimento que seja melhor para as crianças. No que respeita ao court da guarda, salientou que, talvez no próximo ano, se iria tentar dotar uma verba no orçamento para compor os polidesportivos. Quanto ao corte das árvores sugerido pelo Deputado referiu que era necessário encontrar uma solução de compromisso equilibrada. Sobre a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

actividade do Município prevista para os próximos dois meses referiu como exemplos: a semana da juventude, o encontro de gira-volei concelhio, a prova de ciclismo organizada pelo antigo ciclista Manuel Zeferino em homenagem ao corredor Bruno Neves, uma peça de teatro, um encontro de gira-volei distrital, o dia mundial da criança, o dia mundial do ambiente, a feira do livro, pequenas feiras em que serão envolvidas as pequenas associações e a participação da Câmara na Feira da República que se realiza na Escola. Concluiu dizendo que era uma oferta cultural feita com poucos recursos mas que tinha todo o sentido. -----

A Vereadora Teresa Rabiço tomou a palavra para falar sobre a família cigana, assunto da sua preocupação e para o qual não estava a conseguir obter uma resolução rápida. Informou que logo após a tomada de posse a família cigana foi chamada e que, quando confrontados com o problema da sua habitação, eles próprios disseram que tinham um terreno em Vila Real e que queriam ir para lá. O problema reside no facto de o terreno não estar registado em nome deles, facto que a Câmara de Vila Real está disposta a não considerar, mas torna-se necessária a apresentação de um desenho / projecto de forma a permitir a colocação de uma barraca nesse terreno. Acrescentou que iria solicitar aos arquitectos da Câmara o tal desenho e que o apoio em materiais para a construção da dita habitação seria levado à reunião de Câmara. Em último caso, se a situação for muito complicada e não se conseguir resolução, será arranjada uma solução em Mondim de Basto, contra a vontade deles. Relativamente às comemorações do 25 de Abril, a Vereadora referiu que a Assembleia Municipal tinha sido marcada para as 10 horas do dia 25 de Abril, pelo que toda a programação deveria ter tido em consideração esta hora, e lembrou que esta reunião comemorativa já era marcada há vários anos para esta hora. Salientou que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

ficava feliz pelo facto de haver muitas iniciativas para comemoração do 25 de Abril mas que não tinha havido nenhuma intenção por parte da Câmara de ofuscar a iniciativa da Junta de Freguesia. Terminou lamentando que se viessem dizer essas coisas de mau tom para a reunião. -----

Tendo terminado as intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação as minutas das actas e das deliberações tomadas nesta reunião, tendo sido todas elas aprovadas por unanimidade. -----

Encerramento da Reunião -----

Não havendo mais assuntos a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida na sessão de 30 de Junho de 2010 por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pela Senhora Presidente da Assembleia e Primeiro Secretário que a redigiu. -----
